Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas, na sala Prof. Ayrton Roberto de Oliveira, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), convocado por meio do Ofício Circular nº 25/2016/CUn.


Havendo número legal, o presidente deu início à sessão. Primeiramente, o presidente procedeu ao ato de posse dos professores Sônia Maria Hickel Probst para, na condição de titular, representar a Câmara de Graduação no Conselho Universitário, com mandato a expirar-se em 5 de agosto de 2016, e Alexandre Moraes Ramos para, na condição de titular, representar o Centro Socioeconômico no Conselho Universitário, com mandato a expirar-se em 8 de agosto de 2018; e dos acadêmicos Giovanny Simon Machado e Poliana Garcia Temistocles para, na condição de titular e suplente, respectivamente, representarem o corpo discente no Conselho Universitário, com mandato a expirar-se em 9 de setembro de 2016.

Justificaram a ausência os conselheiros José Geraldo Mattos, Jaison Bassani, Fabrício de Oliveira Ourique, Cátia Carvalho Pinto, Maurício Porath, Cintia Anieli dos Santos, Josimário Telino, Sergio Nunes Melo, Paulo Pinheiro Machado e Modesto Hurtado Ferrer. Logo após, o presidente passou à apreciação da ordem do dia, a qual foi aprovada por unanimidade, com as seguintes alterações: o ponto ouze, referente ao Processo nº 23080.008112/2014-75, que tratava sobre o recurso interposto pela diretora do Departamento de Enfermagem do Hospital Universitário, passou ao ponto dois. O ponto dez, referente ao Processo nº 23080.039415/2016-00, que tratava sobre a proposta do Regimento Interno da Auditoria Interna (AUDIN), foi retirado de pauta, por solicitação do relator Wilson Erbs, que havia...
encaminhado o referido processo para análise jurídica da Procuradoria Federal junto à UFSC.

Em seguida, o presidente informou que havia recebido, antes do início daquela sessão, uma solicitação de estudantes ligados a diversos Programas de Educação Tutorial (PET) a fim de realizarem uma manifestação ao plenário sobre os processos seletivos de novos tutores que estavam sendo disciplinados pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Em discussão, o presidente passou a palavra ao conselheiro Felício Wessling Margotti, pró-reitor de Graduação, para que o plenário fosse esclarecido acerca do processo que estava ocorrendo. O conselheiro tocou em que, quando assumira a PROGRAD, foi constatado que não estava sendo observada a Portaria do Ministério da Educação (MEC) que regulamenta a constituição dos grupos PET, tendo em vista que a recondução de seus coordenadores estava ocorrendo de forma automática, sem lançamento de edital. Explicou que, como política institucional, havia sido determinado que essa recondução ocorresse uma única vez, utilizando-se o mesmo entendimento de outras funções administrativas, dentre outros critérios, afirmando ainda que havia um movimento de estudantes a defender as antigas práticas para favorecer corporativismos docentes. Em seguida, a conselheira Clarissa Levy fez uso da palavra para esclarecer que os estudantes do PET buscavam um direito de fala pois o processo de seleção dos tutores através da política institucional mencionada pelo conselheiro Felício Wessling Margotti, segundo a conselheira, estava desrespeitando o ofício nº 129/2016/CGRE/DIPES/SESU/SESU-MEC, que autorizava exatamente aquilo que a PROGRAD pretendia desautorizar, ou seja, vetar a recondução de tutores que já tivessem sido reconduzidos ao menos uma vez. A conselheira também defendeu o direito dos estudantes se manifestarem e serem ouvidos pelo Conselho já que traziam argumentos que extrapolavam o esclarecimento feito pelo conselheiro Felício Wessling Margotti sobre o assunto. Após discussão, o presidente acabou o encaminhamento feito pelos conselheiros Daniel Martins e Sérgio Fernando Torres de Freitas de que os discursos entregassem um documento à secretaria para fins de envio aos conselheiros antes da reunião, para análise prévia e análise em momento oportuno. Em votação, foi rejeitado por maioria a solicitação de participação dos estudantes na sessão. Assim sendo, o presidente solicitou que o documento fosse entregue na Secretaria dos Conselhos para encaminhamento aos conselheiros. Ademais, foi deliberado que se adotasse esse procedimento como padrão para as solicitações de participação dessa natureza. Em seguida, passou-se à ordem do dia: 1. Apreciação das atas das sessões espeis e ordinária do Conselho Universitário realizadas em 20 de julho de 2016. Os documentos foram aprovados por unanimidade. 2. Processo nº 23080.008112/2014-75 – Apreciação do recurso interposto pela Diretora de Enfermagem do Hospital Universitário, Eliane Matos, referente ao Processo Administrativo Disciplinar da Servidora Luciany Aparecida Dias. O presidente passou a palavra ao relator Everton das Neves Gonçalves, que procedeu à leitura de seu parecer, que era contrário à aprovação do referido recurso. Em seguida, o presidente passou à fase de discussão. Não havendo manifestações, o passou-se ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 51/2016/CUn, pela não aprovação do referido recurso. Dessa forma, o plenário aprovou o seguinte encaminhamento: o imediato arquivamento do processo, sem abertura de Processo Administrativo Disciplinar, em consonância com as decisões previamente tomadas em esfera de julgamento pela ex-reitora Roselane Neckel e pelo reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo. Logo após, o presidente passou a presidência dos trabalhos para a vice-presidente, Alacoque Lorenzini Erdmann, por ser o requerente do ponto de pauta seguinte. 2. Processo nº 23080.047177/2016-06 – Homologação da aprovação ad referendum da solicitação de afastamento do país do magnífico reitor, Luiz Carlos Cancellier de Olivo, para participar do Seminário 25 anos de a Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM): uma mirada hacia el futuro, da LXX Reunió del Conselho de Rectores da AUGM e do I Foro Abierto de Ciencias Latinoamérica y Caribe
(CILAC). Com a palavra, o presidente leu o parecer, o qual havia sido elaborado e aprovado ad referendum, com o objetivo de viabilizar os procedimentos institucionais para afastamento do reitor ao exterior, visto que a data da sessão ordinária do Conselho Universitário e a da referida viagem eram próximas, com diferença de apenas três dias úteis. Em discussão, após esclarecimentos, passou-se ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 50/2016/CUn, pela homologação da aprovação da solicitação de afastamento do país do magnífico reitor. Na sequência, a presidência foi repassada ao reitor para condução dos trabalhos. 3. Processo nº 23080.020735/2010-92 – Apreciação do recurso interposto pelo discente do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, em razão da aplicação da penalidade de desligamento. O presidente passou a palavra ao relator Gregório Jean Varvakis Rados, que procedeu à leitura de seu parecer, contrário ao recurso do requerente, Sr. Sebastião Hermán Pinosa. Após ampla discussão, o presidente passou aos esclarecimentos e, em seguida, ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por maioria o Parecer nº 56/2016/CUn do relator Gregório Jean Varvakis Rados, pela não aprovação do recurso impetrado pelo requerente, Sr. Sebastião Hermán Pinosa, por razão de cometimento de plágio na elaboração de sua dissertação. No que se referia à solicitação do requerente de aproveitamento dos créditos realizados, fazendo jus ao título de especialista, o plenário aprovou também a recomendação do relator de concessão de noventa dias, a contar da data de conhecimento da decisão do Conselho Universitário, para que este apresente monografia, requisito necessário para a concessão do título de especialista, de acordo com a legislação vigente à época do ingresso e em atendimento à Resolução nº 1/CNE/CES/2007. 4. Processo nº 23080.00373/2014-95 – Apreciação do resultado da avaliação técnica dos critérios de redistribuição das bolsas de monitoria aos centros de ensino. O presidente passou a palavra ao relator Sebastião Roberto Soares, que procedeu à leitura de seu parecer, favorável à solicitação de alteração da Resolução Normativa nº 53/2015/CUn, conforme proposta feita pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), considerando o aumento da demanda e o não acompanhamento da oferta de bolsas de monitoria; a avaliação técnica do formato de distribuição realizado sobre a referida Resolução; a diminuição de inconsistências, verificadas na Resolução Normativa nº 53/2015/CUn quanto à atribuição de um número de bolsas maior que o número solicitado e à grande discrepância entre o número de bolsas atribuídas e o número de bolsas atuais; e a simplificação do processo. Após ampla discussão, que versou principalmente acerca da manutenção ou não do texto proposto pela comissão para o inciso III do art. 18, que tratava de um dos critérios para análise e distribuição das cotas de bolsas, diante da proposta do conselheiro Carlos Eduardo Andrade Pinheiro de manutenção do citado inciso, sugerindo a retirada, portanto, do § 1º do art. 18, por haver consenso, e concordância por parte do relator, o presidente passou ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por ampla maioria o Parecer nº 57/2016/CUn do relator Sebastião Roberto Soares, pela aprovação das alterações sugeridas na Resolução Normativa nº 53/2015/CUn, conforme segue: a) houve a alteração do caput do art. 2º, que passou a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º Monitoria é a ação pedagógica e didática atribuída ao estudante de Graduação, supervisionada por professor responsável por disciplina de qualquer natureza constante do currículo vigente, que requer planejamento, desenvolvimento e avaliação de modo a atingir, simultaneamente, a formação profissional do próprio discente que se habilita ao papel de monitor e dos demais estudantes legalmente matriculados tanto na disciplina à qual se vincula o monitor, quanto nas disciplinas com ementas semelhantes, respeitado o grau de conhecimento e de experiência deste”; b) no § 3º do art. 11 houve a supressão da frase “a seguir bem como a apresentação de justificativa apresentada pelo supervisor à PROGRAD”, que constava ao final da redação; os §§ 3º e 4º do art. 17 foram revogados; c) o caput do art. 18 foi alterado, bem como seus incisos I, II e III, passando a vigorarem com a seguinte redação: “Art. 18. Para análise e distribuição das cotas de Bolsa, a
Comissão Central de Bolsa Monitoria observará os seguintes critérios a serem aplicados para 2017/1 – o número total de bolsas de monitoria por unidade de ensino no semestre 2016.2 – peso igual a 70% (setenta por cento) do total de bolsas a serem distribuídas; II – o número total de alunos matriculados das disciplinas obrigatórias oferecidas pela unidade de ensino, considerando os dois últimos semestres concluídos – peso igual a 15% (quinze por cento) do total das bolsas; III – o número total de alunos reprovados por nota nas disciplinas obrigatórias de 1º (primeira) a 4º (quarta) fases oferecidas pelas unidades de ensino, considerando os dois últimos semestres concluídos – peso igual a 15% (quinze por cento) do total das bolsas”; d) a proposta de alteração de nova redação para o § 1º do art. 18 foi rejeitada, sendo o mesmo revogado em sua redação original; e) os incisos IV e V do art. 18 foram revogados. O Conselho aprovou ainda a realização de revisão da referida Resolução Normativa dentro do prazo de dois anos de sua vigência. 5. Processo nº 23080.037257/2016-45 – Apreciação da solicitação da renovação do credenciamento da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC) como fundação de apoio junto à UFSC. O presidente passou a palavra ao relator Arnoldo Debatin Neto, que procedeu à leitura de seu parecer, favorável, por considerar positivo o desempenho da Fundação no período avaliado, recomendando a aprovação de seu Relatório Anual de Gestão, bem como dos indicadores de desempenho apresentados. Em discussão, após esclarecimentos prestados, o presidente passou ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 52/2016/CUn do relator Arnoldo Debatin Neto, pela aprovação do Relatório Anual de Gestão da FEESC, referente ao exercício de 2015; pela aprovação da sua avaliação de desempenho, com base nos indicadores de esforço e de resultado, no conjunto de atividades desempenhadas pela Fundação, nos indicadores contábeis e financeiros e, também, mediante avaliação de desempenho realizada por meio de instrumentos de pesquisa junto aos coordenadores de projetos e usuários dos serviços da FEESC, os quais demonstraram resultados de eficiência na gestão de projetos, de acordo com o requerido pelo art. 5º, § 1º, inciso II, do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010; pela aprovação da manifestação favorável do Conselho Universitário quanto ao adequado cumprimento pela FEESC das disposições contidas no art. 4º-A da Lei nº 8.958/94. Dessa forma, o Conselho aprovou a manifestação de concordância com a renovação do credenciamento da FEESC como fundação de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFSC junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). 6. Processo nº 23080.037280/2016-30 – Apreciação da solicitação da renovação do credenciamento da FEESC como fundação de apoio junto ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Com a palavra, o presidente considerou como lido e discutido o parecer do relator, haja vista que este já havia apresentado todos os requisitos necessários à renovação do credenciamento da FEESC, de acordo com os dados constantes no processo referente ao item anterior. Em regime de votação, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 52/2016/CUn do relator Arnoldo Debatin Neto, pela aprovação da manifestação de concordância com a renovação do credenciamento da FEESC como fundação de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFSC junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). 7. Processo nº 23080.050688/2016-05 – Apreciação da solicitação de indicação de nomes para compor o Conselho Curador da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). O presidente passou a palavra ao relator Sérgio Fernando Torres de Freitas, que procedeu à leitura de seu parecer, favorável às indicações de cinco titulares e um suplente propostas pela FAPEU, em atendimento ao disposto no Decreto nº 7.423/2010 e na Resolução nº 1 do Conselho Curador da FAPEU. Após discussão e esclarecimentos prestados, o presidente passou ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 49/2016/CUn do relator Sérgio Fernando Torres de Freitas, pela aprovação da indicação dos nomes dos professores Faruk José Nome...
Aguilera, Fernando Cabral, Julio César Passos, Lúcia Nazareth Amante e Mário Steindel, na condição de membros titulares, e Eovy Zaniboni Filho, na condição de membro suplente, para comporem o Conselho Curador da FAPEU, com mandato de quatro anos, a partir de 1º de outubro de 2016. 8. Processo nº 23080.050705/2016-04 – Apreciação da solicitação do credenciamento da Fundação da FAPEU como fundação de apoio junto ao Instituto Federal Catarinense (IFC). O presidente passou a palavra ao relator Sérgio Fernando Torres de Freitas, que procedeu à leitura de seu parecer, favorável ao pedido de credenciamento, após análise, por parte do relator, de todas as questões pertinentes, por entender que a referida Fundação possui as condições necessárias e suficientes para exercer a função, não só por sua vasta experiência junto a UFSC, em que já apresenta bons indicadores de desempenho, mas também pelo fato de que poderá contribuir efetivamente para o fortalecimento de uma instituição pública de formação, cumprindo o papel social a que se destina. Em discussão, não havendo manifestações, o presidente passou ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 53/2016/CUn do relator Sérgio Fernando Torres de Freitas, pela aprovação da manifestação de concordância com a autorização do credenciamento da FAPEU como fundação de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFC junto ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). 9. Processo nº 23080.024124/2015-28 – Apreciação da solicitação da Fundação José Arthur Boiteux (FUNJAB) quanto à manifestação do Conselho Universitário em relação à diligência exarada pelo Grupo de Apoio Técnico (GAT) do Ministério da Educação (MEC). Em virtude da justificativa de ausência do relator Valdir Rosa Correia, o presidente passou a palavra ao conselheiro Wilson Erbs, que procedeu à leitura do parecer do relator, favorável à aprovação da reavaliação de desempenho da referida Fundação. Em discussão, não havendo manifestações, o presidente passou ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por unanimidade o Parecer nº 54/2016/CUn do relator Valdir Rosa Correia, pela aprovação da reavaliação de desempenho da FUNJAB, com base nos indicadores de esforço e resultado; no conjunto de atividades desempenhadas pela Fundação; nos indicadores contábeis e financeiros; e, também, na avaliação de desempenho realizada por meio de instrumento de pesquisa que foi aplicado junto aos usuários dos serviços da FUNJAB, que demonstraram resultados de eficiência na gestão de projetos, de acordo com o requerido pelo art. 5º, § 1º, inciso II, do Decreto nº 7.423/2010. 10. Processo nº 23080.051620/2014-73 – Apreciação do recurso interposto pelo requerente referente ao Processo Administrativo Disciplinar do servidor Miroslau Sikorski. O presidente passou a palavra ao relator Sérgio Fernando Torres de Freitas, que procedeu à leitura de seu parecer, contrário ao recurso impetrado pelo servidor. Dessa forma, manteria a decisão do magnífico reitor exarada no Julgamento no 27/2016/GR, pela demissão do servidor, por considerar sem previsão constitucional o acúmulo dos dois cargos ocupados pelo servidor. O relator ressaltou que a acumulação de cargos, independentemente de carga horária, só tinha previsão constitucional em três situações, nas quais o citado servidor não se enquadrava: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro de natureza técnica ou científica; ou dois cargos privativos da área da saúde. Após discussão e esclarecimentos prestados, o presidente passou ao regime de votação. O Conselho Universitário aprovou por ampla maioria o Parecer nº 55/2016/CUn do relator Sérgio Fernando Torres de Freitas, pela não aprovação do recurso impetrado pelo servidor Miroslau Sikorski, mantendo a decisão do magnífico reitor exarada no Julgamento no 27/2016/GR, pela demissão do servidor. 11. Informes gerais. O presidente informou que no dia 13 de setembro de 2016, às 17 horas e 30 minutos, no Auditório da Reitoria, seria realizada a outorga do título de professor emérito aos professores Teodoro Rogério Vahl, Ingrid Elsen e Selvinó José Assmann. O conselheiro Wilson Erbs, na condição de presidente da APUFSC-Sindical, fez um convite aos docentes para participarem do seminário com o objetivo de debater as diferentes formas de organização
sindical dos professores das universidades federais, no dia 1º de setembro, no Auditório da Reitoria. O conselheiro Giovanny Simon Machado convidou a todos a participarem, logo após aquela reunião, no Auditório da Biblioteca Universitária, de uma mesa cujo tema seria a conjuntura atual da educação pública do País e as experiências de ações afirmativas nos programas de pós-graduação. Informou também que a Associação dos Pós-Graduandos (APG) estaria organizando, nos dias seguintes, uma campanha de conscientização contra o assédio na pós-graduação. Em seguida, o conselheiro solicitou informações acerca da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e a respeito do processo sobre a recomposição da representação estudantil no Conselho Universitário. O conselheiro George Luiz França, como representante da educação básica, informou que o Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAP) emitiria, no dia 1º de agosto de 2016, uma nota em que manifestava sua preocupação diante de projetos que se autonomeavam “Escola Sem Partido”. Na sequência, o conselheiro procedeu à leitura da integral da citada nota e consultou o presidente sobre a possibilidade de emissão de uma nota por parte do Conselho Universitário. O conselheiro Paulo Antunes Horta Júnior solicitou que, assim que fosse esclarecido o cenário político nacional, fosse realizada uma manifestação institucional no sentido de garantir a manutenção dos recursos para os projetos que estavam em andamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Em seguida, a vice-presidente, Alacoque Lorenzini Erdmann, prestou alguns esclarecimentos sobre a transição da gestão do Hospital Universitário para a EBSERH. Explicou que ainda naquela semana se definiriam os nomes para as diversas funções como superintendência e gerências. Esclareceu que em breve seria lançado edital para o concurso para o provimento de mais de quatrocentas vagas. Por fim, afirmou que até o mês de janeiro do ano seguinte haveria a reposição de pessoal, que estava anteriormente sendo contratado via fundação de apoio. Logo após, o conselheiro Plínio da Silva Oliveira Filho informou que o processo mencionado pelo conselheiro Giovanny Simon Machado estava aguardando a elaboração de uma análise jurídica, explicando que finalizaria seu parecer tão logo o recebesse. Por fim, convidou a todos a participarem dos campeonatos que seriam promovidos pela Associação Atlética da UFSC a partir daquele final de semana e continuando por todos os finais de semana do mês de setembro. Por ocasião dessa atividade, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) também estaria realizando diversas ações de integração cultural. Na sequência, nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão, da qual, para constar, eu, Juliana Cidrack Freire do Vale, secretária executiva dos Órgãos Deliberativos Centrais, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada pelo senhor presidente e pelos demais conselheiros, estando a gravação integral da sessão à disposição em meio digital. Florianópolis, 30 de agosto de 2016.